

APONTAMENTOS SOBRE A CRÍTICA DA ALIENAÇÃO RELIGIOSA

Albani De Barros¹

Natanna Santos da Silva²

Rejane Farias Santos³

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente texto busca apresentar alguns elementos introdutórios a respeito do fenômeno da alienação religiosa. Na crítica a religião, enquanto uma das manifestações da alienação, a religião é concebida dentro da tradição marxista como um complexo social que acaba por negar a capacidade dos seres humanos de construir um mundo que expresse as necessidades e potencialidades do gênero humano. Partindo de autores da tradição marxista, apresentamos a alienação como uma expressão que ampliada na sociedade de classe, é potencializada para os interesses da reprodução da ordem burguesa. No capitalismo, a religião exerce no ser humano uma influência peculiar e fundamental, não somente num sentido particular da vida de cada indivíduo, mas no âmbito social e político mais amplo, intervindo no processo de reprodução social.

PALAVRAS-CHAVE

Alienação. Religião. Sociedade Burguesa.

ABSTRACT

The present text seeks to present some introductory elements regarding the phenomenon of religious alienation. In the critique of religion, as one of the manifestations of alienation, religion is conceived within the Marxist tradition as a social complex that ends up denying the ability of human beings to build a world that expresses the needs and potentialities of the human race. Starting with authors of the Marxist tradition, we present alienation as an expression that is enlarged in class society and is enhanced for the interests of reproduction of the bourgeois order. In capitalism, religion exerts a peculiar and fundamental influence on the human being, not only in a particular sense of the life of each individual, but in the wider social and political sphere, intervening in the process of social reproduction.

KEYWORDS

Alienation. Religion. Bourgeois society

1 INTRODUÇÃO

O tema da alienação é amplo e objeto de análise por vários autores e correntes teóricas. Para fins de sistematização de recorte teórico, nossa análise segue na tradição marxista, ainda que reconheçamos que há vários interpretes nessa tradição, com diferentes posicionamentos teóricos. Em razão disso, a análise que faremos será sobre questões mais gerais e introdutórias, distantes das grandes polêmicas conceituais que o tema ainda gera.

Ao produzir sua vasta obra, Marx expõe algumas questões essenciais, uma delas a análise crítica sobre a alienação. Parte dessa está direcionada para compreender o fenômeno religioso, como parte dos processos alienantes da sociedade burguesa. Na tradição marxista, a alienação pressupõe a externalização das potencialidades do indivíduo, ou seja, o indivíduo condiciona sua existência a uma força que lhe é externa.

As diversas manifestações das alienações fazem com que os seres humanos não tomem consciência da sua realidade, não percebam as raízes das diversas formas de opressão existentes, o que limita a compreensão da gênese e da reprodução da dinâmica de uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Sendo assim, a alienação é um fenômeno que cumpre a função social de limitar as potencialidades de conhecimento, com amplos complexos sociais que dela derivam que reproduzem diferentes graus e formas de alienação, formas essas oriundas, essencialmente, da produção e reprodução das relações sociais que ele estabelece ao longo de sua existência.

Conforme Lessa e Tonet (2011), a alienação está presente desde as sociedades primitivas. Todavia, alerta os autores que com o advento das sociedades de classes sociais e da divisão social do trabalho, ela se manifesta de maneira completa. Assim,

disseminada por meio da ideologia da classe dominante, a alienação faz com que a relação de exploração de uma classe sobre a outra seja naturalizada. “É através da alienação que as forças humanas, que são sempre forças dos próprios homens e não da natureza ou de entidades sobrenaturais, se tornam ‘estranhas, poderosas, hostis’ e dominadoras da vida humana” (LESSA; TONET, 2011, p. 90).

Ainda de acordo com Lessa e Tonet (2011), com a divisão do trabalho desencadeada com o aparecimento da propriedade privada, as relações sociais acabam se tornando um poder alienado, pois agora os indivíduos produzem não apenas para atender as suas necessidades, mas para suprir, também, as necessidades de acumulação oriundas da propriedade privada. Assim, torna-se propício o surgimento de diversas formas de alienação que nasceram e se consolidaram por meio do modo como são produzidas e reproduzidas as relações humanas nas sociedades divididas em classes e, conseqüentemente, no capitalismo.

Esse poder que nasce da submissão do homem ao capital é bastante diverso, porém, destacando um dos mecanismos que se configura e se consolida no âmbito das relações de produção capitalista, percebemos que tais relações convertem os seres humanos em mercadorias. “A essência da alienação na sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia ser maior” (LESSA; TONET, 2011, p. 96).

Nessa perspectiva, no modo de produção capitalista, o trabalhador dispõe apenas da sua força de trabalho, enquanto os burgueses são possuidores dos meios de produção e do capital. Os trabalhadores ao buscarem uma forma de sobreviver, se veem obrigados a alienar sua força de trabalho aos capitalistas que, conseqüentemente, convertem em mercadoria a capacidade do ser humano de transformar a natureza e de transformar a si mesmo. A mercadoria possui, então, uma característica que oculta a relação social da qual é produto, transformando seres humanos em coisas.

2 CLASSES SOCIAIS E ALIENAÇÃO

No processo de acumulação de riqueza e, concomitantemente, de aumento da miserabilidade humana, a alienação, de modo geral, faz com que todos os indivíduos, independente da classe social em que estão inseridos, sejam submersos na lógica de desumanização do capital. O nível de conforto o qual a burguesia se encontra, lhe fornece as condições objetivas para que essa alienação lhe seja útil, ainda que não consiga dessa escapar. Já para a classe trabalhadora, a alienação lhe impede de compreender as raízes de sua condição e as formas adequadas para seu enfrentamento.

Para Marx, “[...] tudo que aparece ao trabalhador como uma atividade de alienação, aparece ao não trabalhador como uma condição de alienação” (2007, p. 11). Assim, a classe dominante ao produzir mecanismos de manutenção da ordem do capital, apoiada na sua ideologia, ao não reconhecer os indivíduos da classe social a qual explora como seres humanos dotados de capacidades e direitos iguais aos seus,

ou seja, ao não reconhecer as características inerentes à condição humana dos indivíduos componentes da classe oposta, tornam-se alienados.

Contudo, a forma de alienação explicada acima, é apenas uma daquelas que são reproduzidas pelos interesses da classe burguesa. Tendo em vista que, existem também outras formas de alienação que atingem tanto a classe dominante, quanto a classe dominada. Entretanto, neste processo, a classe que mais sofrerá com a alienação, será a classe trabalhadora.

A alienação é justamente esse processo histórico, por meio do qual a humanidade termina por construir obstáculos ao seu próprio desenvolvimento. E tais obstáculos nada mais são do que a desumanidade de relações sociais produzidas pelos próprios seres humanos. (LESSA; TONET, 2011, p. 95).

Dessa forma, a alienação destrói qualquer possibilidade de o ser humano desenvolver sua humanidade plenamente, pois a submissão ao capital mascara a necessidade que os indivíduos possuem de buscar seu desenvolvimento em favor de si e da coletividade, não reconhecendo em si mesmos a capacidade de expandir as características enquanto ser humano. Logo, compreendemos que, as diversas formas de alienação que se apresentam funcionam como mecanismos de manutenção da exploração do homem pelo homem, no capitalismo potencializado por meio do trabalho alienado.

Konder (2009), a partir da teoria marxista, nos aponta algumas formas de alienação existentes nas sociedades de classes e seus desdobramentos, especificamente, na ordem social capitalista. Sua obra intitulada *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*, foi lançada no ano posterior em que foi instaurado o regime ditatorial militar no Brasil. Já naquele período, a publicação foi considerada como uma referência para o estudo da realidade sob a ótica do materialismo histórico-dialético. Mantendo-se, inclusive, como uma obra atual, a qual oferece uma reflexão crítica em relação aos impasses vivenciados na sociabilidade vigente.

Inicialmente, Konder (2009) trata sobre *Alienação e História*, trazendo aspectos que elucidam a relação da atividade fundante do ser social com a construção da história. Como tal atividade, ou seja, o trabalho, se configura de forma alienada, dividindo a sociedade em duas classes sociais antagônicas, ocultando sua real função, atribuindo seu produto para aqueles que não o produziu, e conseqüentemente, possibilitando o acúmulo da propriedade privada. O mesmo ocorre com a história, isto é, a forma como ela foi construída, é anulada e projetada sob a ótica da concepção daqueles que não a construíram de fato, e sim, se ocuparam em explicá-la a partir da sua concepção contemplativa da realidade material.

Konder (2009), seguindo com sua análise, Konder (2009), se dedica a investigar *Alienação e Religião*, nos conduzindo à apreensão desse fenômeno como a negação do ser humano de perceber-se enquanto protagonista da história. Assim, não consegue identificar como ocorrem as conseqüências do trabalho alienado. Com

isto, sendo a religião um mecanismo ideológico potencializado das sociedades divididas em classes sociais antagônicas, prevalece a ideologia da classe dominante, disseminada pela religião.

Assim sendo, entendemos que a alienação nas sociedades de classes, especificamente, no capitalismo, tem sua gênese na esfera da produção, se materializando por meio do trabalho explorado, estendendo-se na reprodução das relações sociais estabelecidas por meio de complexos sociais que se caracterizam enquanto formas de alienação, como: propriedade privada, Estado, família monogâmica, religião, entre outros. A propriedade privada, como resultado da acumulação de riqueza oriunda do trabalho explorado, o Estado e a família monogâmica, enquanto instituições que dão sustentação à propriedade privada e a religião, como um mecanismo que mistifica a dinâmica de exploração da sociedade capitalista.

3 A RELIGIÃO COMO EXPRESSÃO DA ALIENAÇÃO

O estudo da religião como uma expressão da alienação expõe um dos fenômenos mais expressivos e presentes na sociabilidade humana. Nos limites dos interesses deste artigo, sua análise faz-se necessária no sentido de desmistificar sua relação com a ideologia burguesa. Partimos deste pressuposto, pois ainda que consideremos que a religião não seja um fenômeno exclusivo da ordem burguesa, o recorte histórico ao qual nos propomos nesta análise nos obriga a colocá-la como uma questão fundamental.

A exploração de uma classe social sobre a outra tem como objetivo a acumulação de riqueza para a classe exploradora, ocasionando, assim, uma série de reflexos sociais para a classe explorada. Desse modo, a ideologia dominante busca mistificar esse processo, retratando-o como algo sem explicação lógica, retirando o olhar da realidade material e, constantemente, se apoiando na religião para compreendê-lo, visto que a instituição religiosa possui um poder de persuasão que se configura como um potente instrumento ideológico que resiste ao longo de muitos séculos.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades divididas em classes sociais, a religião se apresenta como uma das mais complexas formas de domínio de uma classe sobre a outra. Isso ocorre tanto para manter a classe explorada sem questionar sua condição, quanto para projetar esse processo de exploração num plano mítico, desresponsabilizando a dinâmica do mundo concreto e o papel que cumpre a classe dominante, bem como sua função social. Desse modo, segundo Cardoso (2011), a alienação se dá pela autonegação do indivíduo, deixando de lado a sua essência humana para se prender ao sobrenatural.

Por isso, Marx (2013) afirma que a religião é o ópio do povo e o suspiro de um povo oprimido, justamente pelo seu poder de alienar, de mascarar os fundamentos das mazelas existentes. Nas palavras do autor:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro

da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem correção, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidas. Ela é o ópio do povo. (MARX, 2013, p. 151, grifos do autor).

A religião permite abstrair a realidade que permeia a vida dos indivíduos, ou seja, ela faz com que os seres humanos não percebam a capacidade que possuem de construir sua própria história, não busquem compreender a realidade social em que vivem, de forma racional, no modo em que é produzida a vida material. Sendo mistificadora do real, a religião oferta uma explicação e resolução das mazelas vivenciadas num plano para além do real. Assim, enquanto os indivíduos permanecem entorpecidos perante o real, a sociedade segue se reproduzindo tal qual determina sua lógica.

A religião se consolidou enquanto ferramenta que mascara a essência dos problemas sociais, fazendo com que os indivíduos busquem nesse mecanismo uma saída mistificada para seus problemas. Woods (2001), aponta que a religião dirige a nossa compreensão para fora do mundo real, âmbito este do qual nada se pode saber, e muito menos se questionar. Ao tempo em que Marx (2013, p. 152) afirma:

A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou a razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo.

Nesse contexto, questionar o que a religião impõe seria ir de encontro com os pressupostos das sociedades baseadas na exploração do trabalho alienado, posto que, tais fundamentos ao serem apresentados de forma dogmatizada, contribuem com o mascaramento do real. Impedindo que os indivíduos percebam seu protagonismo diante do processo de produção da riqueza material e reprodução das demais relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista. Diante desta realidade, compreendemos a alienação religiosa como o abandono do senso crítico da realidade. Neste processo, os homens criam ídolos e se submetem a eles, configurando, assim, uma forma de compreensão mítica.

As diferentes formas de alienação criam mecanismos ideológicos para que os indivíduos não consigam perceber seus dramas reais, não enxerguem que são explorados, sendo a religião mais um instrumento que os domina. Ao aderir aos preceitos religiosos são submetidos ao seu domínio escravizador, perdendo sua autonomia, atribuindo as contradições sociais à essência humana, justificando a realidade social à deus, ou aos deuses e deusas, e demais símbolos religiosos que cada religião possui.

A religião coloca todos os indivíduos que compõem a sociedade, independente da sua classe social, em permanente estado de entorpecimento diante do processo de produção e reprodução das diversas formas de opressão existentes. Mas, enquanto a classe dominada segue, tentando se libertar de tais opressões, a classe dominante

busca se eximir das consequências de sua função. Nesse contexto, a religião prossegue enquanto instituição consolidada, cumprindo sua função de alienante.

Como já evidenciamos anteriormente, a religião existe desde a sociedade primitiva¹. Contudo, seguindo a ideologia específica de cada ordem social em que esteve presente, a religião se institucionalizou plenamente no contexto das sociedades fundadas pela exploração do homem pelo homem. Sendo o trabalho explorado, a atividade fundante das sociedades posteriores ao período primitivo, chegando-se ao entendimento de que todos os complexos sociais oriundos da lógica de tais sociabilidades são produtos dos indivíduos que a compõem. Feuerbach (apud SCHUTS, 2001, p. 9), nos mostra que:

[...] somente o ser humano, por suas características peculiares, enquanto ser genérico, pode ter religião. Sendo que a religião é possibilitada pelo não reconhecimento desta essência genérica como sendo sua. Por isto, quando o ser humano reconhecer os atributos religiosos como sendo seus estará se libertando de um estranhamento produzido por ele mesmo.

Assim sendo, as contradições que nos levam a não conseguirmos identificar a gênese das mazelas da sociedade, somente serão superadas quando chegarmos ao reconhecimento de que os problemas sociais que enfrentamos cotidianamente são oriundos da forma como a sociedade se organiza para produzir o conteúdo necessário à vida material e se estende na reprodução das relações sociais estabelecidas tipicamente no modo de produção capitalista. Com tudo isso, a religião perderia sua razão de ser.

Ao identificarmos a gênese da alienação na qual estamos submetidos na forma de sociabilidade vigente, chegaríamos ao entendimento de que as mazelas existentes são produzidas num plano material e não sobrenatural. Deste modo, a superação das diversas formas de opressão existentes, não seria projetada num plano mítico, como propõe a religião, e sim, na forma como nos organizamos socialmente.

Nesse contexto, ao buscar respostas para os dilemas vivenciados, as pessoas encontram na religião um aparato bastante atraente, pois ela oferta explicações e resoluções projetadas num plano sobrenatural. Com isto, torna-se impossível questionar a realidade material. Além disso, a religião diante da lógica na qual sua essência se funda, transfere para o indivíduo a responsabilidade por uma vivência conturbada, pregando que somente ele é responsável por sua realidade, seja ela considera boa ou ruim em face dos padrões estabelecidos na forma de sociabilidade na qual ele vive.

1 No artigo "A primeira manifestação pré-histórica do universo religioso", Duarte (2013), nos traz um estudo aprofundado sobre a religião no período primitivo.

4 A CONCEPÇÃO MARXISTA SOBRE A RELIGIÃO NO CAPITALISMO

Karl Marx conduziu seu estudo sobre a sociedade capitalista a partir da apreensão da realidade concreta por meio de uma análise dialética orientada pelo materialismo histórico. Para compreender o método utilizado pelo autor é imprescindível alcançarmos o entendimento do que é dialética, materialismo, e a relação que ambos estabelecem na concepção marxista.

Thalheimer (2014, p. 32-33), afirma que a categoria dialética foi marcada por duas fases, a primeira caracterizou-se como dialética idealista, na qual seus formuladores procuravam “[...] encontrar na transformação dos fatos sociais e políticos alguma norma fixa, duradoura, permanente, em uma palavra: criar [...] uma sociedade ideal”. A segunda fase foi considerada por Thalheimer (2014) como a mais elevada forma da dialética, abrangendo a um só tempo as transformações de um estado e as conexões entre as diferentes partículas de um todo. Sendo assim, na “dialética materialista [...] as contradições que se produzem nas ideias são apenas o reflexo do movimento real” (THALHEIMER, 2014, p. 32).

Assim como na construção da dialética, o materialismo teve sua formulação marcada por dois momentos distintos. Inicialmente foi concebido num âmbito estritamente mecanicista, pois se originou “do pressuposto de que tudo é matéria, inclusive as próprias ideias” (LESSA; TONET, 2011, p. 20). Já num segundo momento, o materialismo passou a considerar que a história dos homens, mesmo se relacionando com a natureza, não se restringe a essa esfera como fator decisivo no seu processo constitutivo.

Na perspectiva marxiana, a concepção de mundo materialista incorporada à dialética, consiste em estabelecer que todos os fenômenos sociais são produtos de interações materiais complexas e em constante transformação. Desse modo, o materialismo possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social.

Para o materialismo histórico-dialético, a luta de ideias é muito importante para orientar as ações concretas dos homens, acima de tudo para se fazer a revolução. Sem ideias revolucionárias, não há ações revolucionárias; contudo, sem ações revolucionárias, as ideias revolucionárias não têm qualquer força. E, para que as ideias revolucionárias possam se converter em ações revolucionárias, é necessário que elas reflitam adequadamente as necessidades e possibilidades de cada momento histórico. (LESSA; TONET, 2011, p. 23).

A partir do ponto de vista evidenciado acima, a percepção marxista acerca das relações sociais estabelecidas ao longo da história, concebe o mundo material enquanto aspecto decisório capaz de orientar a produção das ideias, tendo as condições objetivas (materiais) como mecanismos determinantes para a sua efetivação.

Do ponto de vista do período histórico em que Marx produziu sua obra, há que se considerar que se tratou de um conjunto de décadas do século XIX em que o capitalismo estava se consolidando, mas que concomitantemente, havia também se intensificado as desigualdades sociais. Assim, ele se debruçou em investigar qual o aspecto fundamental desta dinâmica contraditória e seus desdobramentos, ou seja, buscou entender os fenômenos de tal sociabilidade a partir das manifestações sociais emergentes em sua época. Nessa perspectiva, buscando alcançar a compreensão da totalidade social, "Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos" (PRATES, 2012, p. 2). Desse modo,

O projeto de Marx de investigação do capital envolve, ao menos, dois pontos: primeiro, quais as leis econômicas que regem seu movimento; segundo, quais processos históricos determinaram a emergência da produção social capitalista. Do primeiro ponto, depreende-se que se trata da busca pela apreensão conceitual do objeto, para a qual o autor utilizaria determinado método; do segundo, que o capital constitui modo histórico-específico de produção material da sociedade, não devendo, conforme procedimento usual dos economistas vulgares e clássicos, ser naturalizado. (MORETTI, 2005, p. 1).

Assim sendo, na concepção marxiana, a forma como a economia era regida no modo de produção capitalista se configurava enquanto fator decisivo para a compreensão do momento histórico. Não se tratava de resumir toda rica manifestação da sociabilidade humana como reflexo econômico, mas de entender o elemento fundante. Além disso, também detectou que esta sociabilidade não podia ser compreendida somente em si.

Na análise histórica presente em Marx, se supõe ser imprescindível considerar que "as transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade" (PRATES, 2012, p. 2). Desta forma, analisar historicamente as transformações societárias proporcionou uma reflexão coerente acerca das relações de produção² estabelecidas no capitalismo.

Marx investigou a realidade social de sua época, tendo a economia como ponto de partida para seu estudo, porém, não se deteve somente a esse aspecto. Assim, "dada a centralidade ontológica da economia, Marx tomará como projeto a investigação das leis que regem o movimento da estrutura produtiva da sociedade burguesa" (MORETTI, 2005, p. 1). Thalheimer (2014, p. 33), aponta que na obra "[...] 'O Capital', Marx formulou

² Ao produzir o prefácio da *Contribuição a Crítica da Economia Política*, Marx explicita que: "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Logo, "não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência" (MARX, 2008, p. 47).

toda uma série de leis econômicas que demonstram como o capitalismo pode existir como um todo e quais as relações que existem entre as suas várias partes”.

Sistematicamente, sua investigação conceituou a economia em sua forma orgânica no modo de produção capitalista como sendo o todo, assim, os aspectos como: a propriedade privada; o trabalho explorado; as classes sociais; a família monogâmica; o Estado; e a religião, provenientes deste advento, se configuram como as partes essenciais à manutenção desta forma de sociabilidade.

No que concerne ao aspecto religioso da sociedade capitalista, Marx não dedicou um livro apenas sobre religião, tomando uma posição crítica, principalmente nas suas produções da década de 1840, fazendo uma análise sócio-histórica e da dimensão política, delineando alguns conceitos acerca desta categoria. Ao analisar a obra marxiana, Chagas assinala que,

[...] produção espiritual de um povo, como forma social da consciência, pertencente à esfera da superestrutura ideológica (como ideologia religiosa), condicionada, pois, pela produção material, pela estrutura econômica a base da sociedade, e pelas relações sociais correspondentes. (CHAGAS, 2016, p. 2).

A religião não atua num vácuo histórico, mas está inserida numa realidade que está situada em um contexto humano social determinado. Ela não surge como algo sobrenatural, sendo fruto de ações humanas socialmente situadas, ou seja, “a ação de qualquer religião está limitada pelo contexto social que opera, isto é, que suas alternativas de atuação (pensar, dizer e praticar sua mensagem religiosa) estão limitados por tal contexto” (SILVA, 2010, p. 111).

Marx aborda a temática religiosa em diversos textos, já que a religião é um instrumento essencial às sociedades pautadas na exploração do trabalho, que na sua compreensão, serve para manter os indivíduos alienados, de forma que não consigam analisar criticamente a realidade vivenciada. Contrariando a ideologia burguesa, o autor considera que a investigação acerca da religião é de fundamental importância para compreender que a origem das contradições se deu a partir das ações materiais. Tendo em vista que, a religião apresenta explicações baseadas em dogmas, mistificando a realidade. Portanto, somente no âmbito material alcançaremos a compreensão da complexidade inserida na produção e reprodução das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alienação não é fenômeno particular do capitalismo, ainda que nesse modo de produção tenha alcançado um patamar ainda mais amplo, uma vez que as próprias condições materiais de existência são produzidas a partir de uma forma peculiar, o trabalho alienado. No tocante a religião, sua existência, enquanto elemento misti-

ficador do real, também alcança uma densidade própria, se entrelaçando ao poder mistificador da mercadoria.

Desse modo, sendo o trabalho a categoria fundante do ser social (LESSA; TONET, 2011), na sociedade capitalista ele se constitui de forma alienada, ou seja, explorada, materializando-se por meio da acumulação de riquezas para a classe burguesa. Entendemos, assim, que na sociabilidade vigente, a alienação se funda a partir do trabalho alienado e vai se configurando de formas variadas de acordo com as consequências geradas para os trabalhadores ao decorrer do processo produtivo.

Mas se alienação se torna um elemento mais complexo e denso nas sociedades divididas em classes sociais, no capitalismo seu grau de amplitude e profundidade ganha um elemento qualitativo novo, o trabalho alienado. Portanto, conforme Konder (2009, p. 123), "o sistema capitalista de produção contribui mais que todos os sistemas de produção anteriores para o desenvolvimento da força social produtiva do trabalho". Posto que, diferentemente das formas de sociabilidade que lhe antecedeu, a produção deixa de ocorrer no âmbito restrito (de forma artesanal) e passa a ser coletiva (nas fábricas), em que o produto do trabalho passa a ser convertido em mercadoria e o produtor passa a ser assalariado, criando, então, uma falsa sensação de liberdade.

No capitalismo, a classe social detentora dos meios fundamentais de produção é a burguesia. Isso lhe possibilita tanto a acumulação de mais capital, quanto o domínio sobre os grandes aparatos ideológicos. Já uma imensa massa da classe trabalhadora vive inserida num processo de não acesso aos bens materiais e espirituais, também a produção e bens que atendam as legítimas necessidades humanas.

A lógica do modo de produção capitalista cria diversas formas de opressão, ocasionando a desumanidade dos sujeitos que a compõem. Assim, na tentativa de responder as opressões advindas desta forma de sociabilidade, a classe explorada não consegue identificar de imediato que as formas de opressão que vivenciam em seu cotidiano se fundam no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. Enquanto a classe dominante, na tentativa de justificar sua função social, se apoia nesse complexo social dominador que é a religião.

Apesar de ser importante ressaltar que o advento da religião é anterior à sociedade capitalista, em todos os modos de produção divididos em classes sociais ela se relaciona com a ideologia da classe dominante, tornando-se um complexo alienante. Diante disto, se consolida e se coloca como uma possibilidade de manifestação das inúmeras formas de negação do ser humano. Entretanto, ainda que de alguma forma a religião expresse um protesto, ela também é uma das mais abrangentes formas de alienação. Na tentativa de libertar-se das injustiças expressas por meio das desigualdades sociais que o capitalismo provoca, enxerga-se a religião como um refúgio. Costa (2013, p. 3) ressalta que:

A religião retira a capacidade humana de ver a realidade, hipnotizando os homens pela falsa superação da miséria, com falsas imagens, destruindo sua força de revolta; revolta essa que poderia levar o homem a uma superação dessa realidade

- em outras palavras, a religião anula todas as possibilidades, todas as tentativas do homem mudar, superar, transpor as barreiras impostas pelo capitalismo à sua existência.

Dessa forma, a esperança por dias melhores é depositada na religião, em que se acredita que a vida será transformada e que as necessidades humanas serão atendidas por meio do exercício da sua fé, colocando sua perspectiva de melhores condições de vida num plano sobrenatural. Como afirma Heine (apud LÖWY, 2007, p. 2), "bem-vinda seja a religião que derrama no amargo cálice da sofredora espécie humana algumas doses, soníferas gotas de ópio espiritual, algumas gotas de amor, esperança e crença".

Então, para Costa (2013, p. 4), "a religião nasce da convivência social e política perturbada dos homens, de lacunas deixadas pela própria condição humana". Sendo assim, a condição na qual os indivíduos são submetidos à dinâmica da sociabilidade dividida em classes sociais antagônicas, os coloca em uma posição que "suspira uma felicidade ilusória para esquecer sua desgraça presente, ignorando a realidade prática e histórica" (COSTA, 2013, p. 4).

Portanto, é nesse contexto que a religião é comparada com o ópio, tal qual Marx (2013) alude, haja vista diante das análises pautadas na realidade social, chega-se ao entendimento de que o efeito que ela exerce sobre o indivíduo faz com que ele permaneça anestesiado e, conseqüentemente, tolerante às adversidades presentes em seu cotidiano. Assim, a religião ao ofertar explicação e salvação acerca dessa realidade, torna os indivíduos dependentes desse complexo social que é alienante por excelência, impedindo que seus seguidores alcancem a compreensão da realidade em que estão inseridos e, logo, não se tornem adversos a ela.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Matêus Ramos. O sequestro na religião: por que o mundo precisa de um deus? **Revista Húmus**, Maranhão, v.1, n. 3, p. 56-75, set./out./nov./dez. 2011.

CHAGAS, Eduardo. **A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx**. [s/l]: UFC, 2016.

Disponível em: <http://marxismo21.org/marxismo-e-religiao/>. Acesso em: 5 nov. 2018.

COSTA, Robertino Lopes da. Um olhar crítico: o pensamento de Marx acerca da religião. **Diversidade Religiosa**, Revista Discente do PPGCR-UFPB, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 1-5, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/15369/8739> Acesso em: 10 set. 2018.

DUARTE, Patrícia. A primeira manifestação pré-histórica do universo religioso. **Revista Último Andar**, PUC, São Paulo, n. 21, p. 145-162, mar. 2013.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**: Primeiro Manuscrito. [s/l]: Marxists Internet Archive, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013

MORETTI, Bruno. **Autonomização da economia e pensamento crítico**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 55, p. 1-3, dez. 2005. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/055/55eco_moretti.htm. Acesso em: 19 set. 2018.

PRATES, Jane Cruz. O Método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

SCHÜTZ, Rosalvo. **Religião e capitalismo**: uma reflexão a partir de Feuerbach e Marx. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Romero Júnior Venâncio. **A crítica da religião em Marx: 1840-1846**. Recife: UFPB, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5681/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**: fundamentos da teoria marxista. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Victor Meyer, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1928/materialismo/Introducao-ao-Materialismo-Dialetico.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

WOODS, Alan. Marxismo e religião. [s/l]: In: **Defence Of Marxism**, 2007. Disponível em: <http://www.marxist.com/marxismo-religiao-socialismo.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

Data do recebimento: 2 de agosto de 2018

Data da avaliação: 6 de dezembro de 2018

Data de aceite: 9 de dezembro de 2018

1 Doutor em Serviço Social; Professor do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: albanibrr@hotmail.com

2 Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: natannasnts@hotmail.com

3 Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Tiradentes – UNITE-mail: jane_ss2012@hotmail.com